

AS “MASSAS” E O TOTALITARISMO¹

José João Neves Barbosa Vicente²

Resumo: Os regimes totalitários amplamente estudados por Arendt são, de acordo com a autora, fenômenos tipicamente modernos que brotaram da crise de um mundo que nada tinha de totalitário, mas a crise do mundo moderno fez surgir um grupo de seres humanos, isto é, os “homens massas” que alimentaram e deram vida a esses regimes políticos. Nesse sentido, a proposta deste artigo nada mais é senão discutir a importância das “massas” no surgimento e manutenção do totalitarismo no século passado como descrito por Arendt em seus estudos.

Palavras – chave: Crise; Mundo; Massa; Totalitarismo.

Abstract: Totalitarian regimes widely studied by Arendt are, according to the author, typically modern phenomena that emerged during the crisis of a world that had nothing of totalitarian, but the crisis of the modern world has a group of human beings, that is, the "men masses" that fed and gave life to these political regimes. In this sense, the aim of this article is nothing more but to discuss the importance of the "masses" in the emergence and maintenance of totalitarianism in the last century as described by Arendt in their studies.

Keywords: Crisis; World; Mass; Reply; Totalitarianism.

¹ O conteúdo deste artigo é parte da pesquisa realizada pelo autor no curso de pós-graduação na UFBA, sob a orientação do professor Dr. Genildo Ferreira da Silva.

² Professor de Filosofia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

Para Arendt (1989, p.507), o totalitarismo cuja “natureza” exige “o poder ilimitado” conseguido através da dominação dos homens “em todos os aspectos da vida”, não é um “fenômeno” de épocas remotas e nem “fruto” do pecado dos homens, em termos arendtianos, ele deve ser entendido unicamente como um fenômeno tipicamente moderno que brotou da crise de um “mundo – não totalitário cristalizando elementos que ali encontrou” (ARENDR, 1993, p.41). Sua “matriz”, de acordo com estudos desenvolvidos por Mattéi (2002, p.283), foi o próprio “mundo democrático” que conduziu o homem a uma nova figura, a saber, a do “homem-massa”, uma população solitária comprimida e sem um lugar no mundo. Em outras palavras, no desaparecimento do “mundo comum” e, conseqüentemente, no aparecimento das “massas”, Arendt encontrou as primícias da irrupção do totalitarismo, ou seja, para ela, “as condições prévias da dominação totalitária” foram as “condições gerais da época” (ARENDR, 2011, p.232). O “mundo comum”, como disse Correia (2014, p.11-12), não apenas mantém os homens juntos, mas também evita que eles entrem em colisão e se transformem em “massa”, um tipo de homem “potencialmente devastador”. Esses homens “potencialmente” devastadores serviram de base para dar vida a um regime político sem precedentes, principalmente pelas suas atrocidades.

As “massas”, assim como a “multidão”, observa Alpers (2003, p.298), são pessoas que foram jogadas às margens da sociedade e se encontram fora do sistema de classes, mas as semelhanças entre elas terminam aí, uma vez que a “multidão”, apesar de inconstante, constitui-se em um grupo de indivíduos que tem uma vontade política distinta, ela geralmente apoia um “grande líder” que promete vingança contra a sociedade que a excluiu; as “massas”, por sua vez, não têm qualquer vontade política e nem se levantam contra a classe que as excluiu. Isso acontece principalmente porque entre eles não existe nenhum tipo de interesse ou vínculo comum que possa ligá-las; na verdade, as “massas” não têm interesse nem em si próprios. Produtos da profunda crise do “mundo moderno”, principalmente após a Primeira Guerra Mundial que ampliou o desemprego em uma escala nunca antes vista, as “massas” surgem como um dos “combustíveis” ou “elementos” mais eficazes e mais desejados pelos “líderes” totalitários, uma vez que mesmo sem qualquer tipo de interesse político, se mostravam atraentes para os propósitos totalitários; para um regime cuja proposta fundamental é dominar e controlar os homens através da “ideologia” e do “terror”, nada melhor para alimentar as suas ambições do que as “massas”, isto é, como escreveu Arendt (1989, p.365), “homens insatisfeitos e desesperados”.

De um modo geral, a insatisfação e o desespero das “massas” tornaram-se algo cada vez mais radical e atingiu o seu ponto mais crítico, quando esses indivíduos perderam toda e qualquer função econômica na sociedade, principalmente porque foram destituídos de suas propriedades e de seus direitos; todos eles passaram a ser irrelevantes para sociedade e sem um “lugar no mundo”. Os direitos humanos que antes foram proclamados como “inalienáveis” e como fundamentos para a sociedade civilizada, “porque se supunha serem independentes de todos os governos”, diz Mellegari (2012, p.89-90), “não se efetivaram, pois, na medida em que deixavam de ter um governo próprio, os seres humanos estavam sem nenhuma autoridade para protegê-los e sem nenhuma instituição disposta a garanti-los”. Na verdade, ainda de acordo com a autora, “os direitos ‘inalienáveis’ já nasceram com o paradoxo contido na sua declaração”, pois de um modo geral, “se referiam ao ser humano abstrato que não existia em parte alguma, enquanto os homens concretos restaram sem proteção e entregues a todo tipo de arbitrariedades”. Para Arendt (1989, p.330), a “privação dos direitos” é altamente perigosa e desoladora para os indivíduos, uma vez significa essencialmente a “privação de um lugar no mundo que torne a opinião significativa e a ação eficaz”.

A essas “massas” de homens sem qualquer tipo de direito e irrelevantes não apenas para a economia em particular, mas também para a sociedade como um todo, sem qualquer condição para agirem efetivamente e sem um verdadeiro “lugar no mundo”, apenas restam o “limbo”, como escreveu Benhabib (2004, p.178), e o vaguear permanente e incessante “entre territórios, nenhum dos quais as deseja como seus residentes”. Eles perderam, portanto, definitivamente o lugar no mundo que, para Arendt (2009, p.62), não é algo “idêntico à terra ou à natureza como espaço limitado para o movimento dos homens e condição geral da vida orgânica” e nem deve ser confundido jamais com os interesses, vontades e desejos privados dos homens que aí habitam, mas sim diz respeito ao “artefato humana”, ao “produto de mãos humanas”, aos “negócios realizados entre os que, juntos, habitam o mundo feito pelo homem”; mundo, portanto, em termos arendtianos, diz respeito a tudo o que é criado pelos homens e que possibilitam o relacionamento entre eles. Assim, “conviver no mundo”, como afirmou Arendt (2009, p.62), não significa simplesmente deslocar de um lado para o outro, desempenhar suas tarefas e funções ou conversar com o outro, mas sim “ter um mundo de coisas interposto entre os que nele habitam em comum, como uma mesa se interpõe entre os que se assentam ao seu redor; pois, como todo intermediário, o mundo ao mesmo tempo separa e estabelece uma relação entre os homens”. O mundo diz respeito, também, para ela,

como observou Duarte (2002, p.64), “aos assuntos que aparecem e interessam aos humanos quando eles entram em relações políticas uns com os outros”.

Ainda de acordo com Duarte (2002, p.64), “em um sentido político mais restrito, o mundo é também aquele conjunto de instituições e leis que é comum e aparece a todos”, algo construído pelos homens e, portanto, sujeito ao desaparecimento, principalmente quando algum acontecimento extremo provoque desestabilidade em relação “à esfera pública e aos objetos e instituições políticas” que formam aquele espaço que une e separa os homens. O verdadeiro mundo para Arendt, portanto, diz Molomb’Ebebe (1997, p.14), “é o mundo comum das aparências”; é esse “mundo”, esse espaço comum da aparência que foi negado aos homens da “massa”. Sem “um lugar no mundo”, o homem da massa sobrevive sem qualquer interesse em si próprio e, conseqüentemente, seu comportamento e seu pensamento são indiferentes diante da morte. Os homens da massa preferem coisas e noções abstratas como normas de vida e desprezam as regras óbvias do “bom senso”, não se integra em nenhum tipo de “organização baseada no interesse comum, seja partido político, organização profissional ou sindicato de trabalhadores” (ARENDR, 1989, p.361). A principal característica desses homens, como escreveu Arendt (1989, p.367), “não é a brutalidade nem a rudeza, mas o seu isolamento e a sua falta de relações sociais normais”. Não estão necessariamente interessados em destruir e nem em desprezar este ou aquele indivíduo, este ou aquele grupo, suas preferências mais comuns são o isolamento e a ausência de relacionamento.

O isolamento como entendido por Arendt, é um modo de ser que como observou McGowan (1998, p.17), gera uma “crise de identidade”, uma vez que ela não pode ser formada ou descoberta por indivíduo que vive no isolamento; a identidade é sempre um produto intersubjetivo da interação entre as pessoas. Quando o indivíduo vive no isolamento, ele não se dá conta do seu “eu”, em outras palavras, aquele que vive no isolamento, simplesmente perde todo o senso da sua individualidade; “tornamo-nos um todo individual”, como escreveu Arendt (2008, p.378), não no isolamento ou na ausência de relacionamentos, mas sim “nas riquezas e nas limitações dos traços específicos e característicos, na companhia, e apenas na companhia, dos outros”. Sem um lugar no mundo reconhecido e garantido pelos outros, as “massas”, isto é, esses indivíduos isolados, como observou Parekh (2008, p.3), se transformaram em “homens” totalmente dispensáveis e supérfluos, isto é, indivíduos absolutamente desnecessários “economicamente, politicamente e socialmente”. A situação das “massas” não se compara nem mesmo com aquela vivida pelos escravos do mundo antigo, uma vez que esses escravos, apesar de suas condições, eles “ainda pertenciam a algum

tipo de comunidade humana; seu trabalho era necessário, usado e explorado, e isso os mantinha dentro do âmbito da humanidade. Ser um escravo”, portanto, como sublinhou Arendt (1989, p.331), “significava, afinal, ter uma qualidade diferente, mas sempre com um lugar na sociedade”.

Esse “fenômeno” denominado de “homem da massa” com todos os seus sentimentos de não apenas “não ter raízes”, mas também como disse Arendt (1989, p.528), de “não pertencer ao mundo de forma alguma”, um sentimento que a cada dia que passava estava se transformando em sentimentos diários de massas cada vez maiores, não pode ser buscado em outras épocas senão no próprio mundo moderno. As “massas” foram frutos da crise do mundo moderno que o Estado-nação não foi capaz de resolver, não foi capaz de dar uma resposta satisfatória. Assim, o homem da massa que conforme observações de Arendt (1989, p.401), tem como uma das suas principais características não acreditar “em nada visível”, se tornou uma presa fácil para um sistema baseado na ideologia e no terror. Ele se tornou, nas palavras de Passos (2014, 145-146), “o ‘princípio e o fim’ do totalitarismo, pois é a partir dele que abrem as possibilidades de um regime de governo nunca antes experienciado”. Ainda de acordo com Passos (2014, p.146-147), “para garantir o domínio total”, o governo totalitário procurou “aperfeiçoar” as massas para que elas se tornassem cada vez mais “um ente coeso e de atitudes previsíveis”. Nesse sentido, as massas podem ser consideradas como um dos grandes momentos de uma história que atingiria o seu ponto alto com a redução dos homens “a uma única identidade de reações previsíveis”. As massas alimentaram a “máquina totalitária”.

O sentimento de superfluidade das massas, indivíduos sem “raízes” e sem um lugar no mundo, não foi ignorado pelos regimes totalitários; na verdade, esse sentimento foi administrado de forma radical pelos sistemas totalitários de governo que reuniram as condições necessárias para que os homens pudessem prescindir absolutamente do mundo. Antes do “reino do terror” propriamente dito, observa Amiel (1997, p.30), foi a propaganda que dominou as massas, “explorando o seu desprezo pelos fatos e pela sua própria experiência, o seu desejo de coerência, enfim, a fuga da realidade para a ficção”. Os movimentos totalitários acabaram se correspondendo, nas palavras de Neto (2009, p.24), “às necessidades das massas modernas desprovidas de um lugar no mundo”, isto é, de um lugar “reconhecido pela pluralidade humana”, no qual o discurso e a ação ganham sentido. O totalitarismo, portanto, como escreveu Arendt (2011, p.235-236), “é um fenômeno de decadência, mas em resposta ao desafio do mundo moderno”. Em termos gerais, pode-se dizer

que os regimes totalitários nasceram e se fortaleceram a partir da decadência do próprio mundo moderno que produziu uma grande quantidade de homens desprovidos de direitos, propriedades e irrelevantes não apenas para a economia, mas também para a própria sociedade.

Sobre esses homens totalmente desprovidos de “mundo”, ou em outras palavras, sobre a “solidão das massas”, isto é, homens alienados de todas as formas de pertencimento ativo do mundo enquanto obra humana e esfera do político, o totalitarismo que se apresentou no início, de acordo com observações Forti (2008, p.16), “como garantia de segurança, saúde e prosperidade para todo um povo”, não teve nenhuma dificuldades para enfiar firmemente as suas poderosas garras e exercer o seu controle e domínio. O totalitarismo foi um regime político que soube tirar o máximo de proveito de um mundo despedaçado e incapaz de oferecer alternativas para os problemas que ele mesmo criou. O totalitarismo soube aproveitar da decadência de uma época para alimentar e dar impulso aos seus objetivos e intenções mais assustadores e aterrorizantes que o mundo viria a presenciar. Oferecendo, portanto, escreveu Arendt (1989, p.530), “uma fuga suicida” para as massas, o totalitarismo se tornou, nas palavras de Arendt (1989, p.12), uma “resposta destrutiva encontrada para todos os impasses”. Ele foi, ainda de acordo com Arendt (1989, p.530) o “último apoio num mundo onde ninguém merece confiança e onde não se pode contar com coisa alguma”.

As experiências de “desenraizamento” e “superfluidade” dos homens, frutos de um mundo mergulhado em uma crise profunda, conduziram uma multidão de pessoas a abraçarem a ideologia e o terror como alternativas para a perda do mundo, do senso comum e da realidade; ao aceitarem tais condições, essas pessoas, observa Arendt (1989, p.509), passaram a viver em “um mundo demente que funciona”. Se já não têm mais um mundo comum onde possam agir e aparecer na presença de seus pares, ou em outras palavras, se para eles o mundo já não funciona mais como mundo, pois como disse Amiel (1997, p.30), “perdeu a rede comunitária”, entre duas alternativas, a saber, entre “o arbitrário e a lógica delirante, prometendo coerência, previsibilidade e compreensibilidade”, as massas preferiram escolher a “lógica delirante”, uma vez que, para elas, essa alternativa “lhes assegura um mínimo de respeito por si próprias”. Sem nunca terem sido procuradas ou atingidas antes “por nenhum dos partidos tradicionais” e tendo motivos de sobra para hostilizar igualmente a todos eles, as massas não tiveram qualquer dificuldade para assimilar rapidamente as mensagens dos movimentos totalitários que, como escreveu Arendt (1989, p.362), “preferiram métodos que levavam à morte em vez da persuasão, que traziam terror em lugar de

convicções”. Aos olhos das massas, as propostas totalitárias eram atraentes, uma vez se encaixavam perfeitamente às suas condições de “homens” irrelevantes para a sociedade e sem um lugar próprio no mundo.

Portanto, para Arendt (1989, p.336), de qualquer ângulo que se observa, apenas é possível chegar a uma única conclusão, a saber, o surgimento dos regimes totalitários como descrito por ela, é “um fenômeno interno, e não externo, da civilização” que “cristalizou” em seu corpo e forma os elementos da própria história da civilização, colocando assim em evidência a profunda crise política do mundo moderno em sua forma mais radical; toda a tentativa dos regimes totalitários em “tornar supérfluos os homens”, escreve Arendt (1989, p.508), não pode ser entendida de outra forma, senão como um reflexo da “sensação de superfluidade das massas modernas numa terra superpovoada”. Como afirmou Neto (2009, p.38) em seus estudos sobre o pensamento de Arendt, o totalitarismo é “a mais contundente implicação política derivada das condições sociais e espirituais vigentes no século XX”. Sob o seu domínio os homens experimentaram o “colapso do mundo” em sua forma mais radical e destrutiva, apesar de não ser o responsável por esse colapso. O que os governos totalitários fizeram através de seus instrumentos, foi administrar “o sentimento de superfluidade das massas”, observa Neto (2009, p.38), levando a cabo “uma destruição do caráter artificial do mundo comum enquanto um lugar próprio criado, mantido e reconhecido pelos homens plurais”. Os regimes totalitários souberam administrar de forma eficaz e em benefício do seu propósito e da sua ambição, os “produtos” da decadência de uma época mergulhada em uma crise profunda.

O governo totalitário como escreveu Arendt (1972, p.128), soube “tirar proveito” de um mundo em pleno colapso; na verdade, ele foi “o mais apto” a fazer isso em “uma atmosfera política e social geral em que o sistema de partidos perdera seu prestígio e a autoridade do governo não mais era reconhecida”. Nenhum outro partido ou regime político foi apto suficiente para fazer o que o regime totalitário fez, apenas ele soube realizar os seus objetivos e ambições com os “restos” de um mundo que entrou em colapso total. Portanto, apesar de ser uma “resposta destrutiva”, uma “fuga suicida”, o totalitarismo, esse império antipolítico de terror, pretendia encontrar uma solução para a crise do mundo moderno, isto é, para a miséria política, social e econômica da época. É verdade que o governo totalitário como descrito por Arendt é, sem dúvida, como escreveu Amiel (1997, p.46), “um fenômeno novo”, no entanto, não é menos verdade que ele “responde a uma experiência que o precede e o institui”. Por isso, como sublinhou Arendt (1989, p.13), se não fosse o seu aparecimento,

certamente “poderíamos ter sido levados à ruína sem jamais saber o que estava acontecendo”. Ao responder aos desafios do mundo moderno, administrando “uma sociedade de massas” constituída por homens que, como escreveu Arendt (1972, p.1216), perderam o “mundo comum que a um só tempo os relacione e separe”, o governo totalitário, ainda de acordo com Arendt (1989, p.13), revelou o que a autora denominou de “corrente subterrânea da história ocidental”; em outras palavras, o surgimento do governo totalitário trouxe para a luz do dia aquelas mentalidades do povo europeu que já estavam impregnadas de alguma forma, em alguns acontecimentos como, por exemplo, o antissemitismo e o imperialismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALPERS, Benjamin. *Dictators, democracy, and American public culture: envisioning the totalitarian enemy, 1920s-1950s*, 2003.

AMIEL, Anne. *Hannah Arendt: política e acontecimento*. Trad. Sofia Mota. Lisboa: Piaget, 1997.

ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *A dignidade da política*. Trad. Antônio Abranches., et ali. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

_____. Totalitarismo. Trad. Adriano Correia. *Inquietude*, Goiânia, v.2, nº2, p.229-237, ago/dez, 2011.

_____. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

_____. *Compreender: formação, exílio e totalitarismo*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

_____. *Entre o passado e o futuro*. Trad. Mauro Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 1972.

BENHABIB, Seyla. Kantian questions, arendtian answers: statelessness, cosmopolitanism, and the right to have rights. In: FRASER, Nancy (Ed.). *Pragmatism, critique, judgment*. Cambridge: The MIT Press, 2004.

CORREIA Adriano. *Hannah Arendt e a modernidade: política, economia e a disputa por uma fronteira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

DUARTE, André. Hannah Arendt e a modernidade: esquecimento e redescoberta da política. In: CORREIA, Adriano (Org.). *Transpondo o abismo: Hannah Arendt entre a filosofia e a política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

FORTI, Simona. *El totalitarismo: trayectoria de una idea limite*. Trad. Maria Pons Irazazábal. Barcelona: Heeder, 2008.

MATTÉI, Jean-François. *A barbárie interior: ensaio sobre o i-mundo moderno*. Trad. Isabel Maria Loureiro. São Paulo: UNESP, 2002.

MCGOWAN, John. *Hannah Arendt: an introduction*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.

MELLEGARI, Iara Lúcia Santos. *Direitos humanos e cidadania no pensamento de Hannah Arendt*. Curitiba: Juruá, 2012.

MOLOMB'EBEBE, Munsya. *Le paradoxe comme fondement et horizon du politique*

chez Hannah Arendt. Paris/Bruxelas: DeBoeck/Larcier, 1997.

NETO, Rodrigo Ribeiro Alves. *Alienações do mundo: uma interpretação da obra de Hannah Arendt*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2009.

PAREKH, Serena. *Hannah Arendt and the challenge of Modernity: a phenomenology of human rights*. New York: Routledge, 2008.

PASSOS, Fábio. *O conceito de mundo em Hannah Arendt: para uma nova filosofia política*. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2014.